



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE SESIMBRA
REALIZADA NO DIA 06 DE FEVEREIRO
DE 2019

ORDEM DE TRABALHOS

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Câmara deu início à reunião tendo, neste Período de Antes da Ordem do Dia, intervindo todo o Executivo.

INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE – OUTRAS

A Câmara tomou conhecimento do seguinte:

• Do Gabinete Projetos, Gestão e Fiscalização de Obras a dar conta da 4.ª liberação da caução respeitante à empreitada da obra de “Saneamento da Freguesia do Castelo – execução das redes de drenagem do concelho de Sesimbra – Lagoa de Albufeira – 2.ª fase – inteceptor Norte e da Sachola e Avenidas do Casalão, Alcaide, Pinheiros e Acácias”. (SGD 1.626/19)

INFORMAÇÕES

– DECISÕES DA VICE-PRESIDENTE

A Câmara tomou conhecimento dos:

• Despachos de gestão urbana – zona ocidental de 21 a 28 de Janeiro de 2018 (zona 2) e de 21 e 23 de Janeiro de 2019 (zona 3 e 5).
• Despachos de gestão urbana – zona oriental de 21 a 23 de Janeiro de 2018

INFORMAÇÕES DO VEREADOR DO PELOURO DE FINANÇAS E PATRIMÓNIO – OUTRAS

A Câmara tomou conhecimento do seguinte:

• Da Unidade de Contabilidade a enviar a 2.ª alteração ao Orçamento e a 2.ª alteração às GOP's - ano 2019, documentos aprovados pelo respetivo Vereador.
(SGD 1.382/19)

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

REQUERIMENTOS E PROCESSOS

1. Viabilidade de loteamento – pedido de informação prévia – Fontainhas-Casal do Sapo – Originalstartegy, Ld.ª
(2.187/19 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.
2. Operações de loteamento – loteamento urba-

no – receção definitiva parcial – Maçã – Refundos, SA/Maxirent
(8/19 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

PESSOAL

1. Mobilidade intercarreiras – consolidação – Gonçalo Filipe
(SGD 2.132/19 - Presidente)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.
2. Mobilidade intercarreiras – consolidação – Nelson Pólvora
(SGD 2.125/19 - Presidente)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.
3. Processo disciplinar – sanção – aplicação – Ricardo Amigo
(SGD 1.969/19 - Presidente)
Deliberação: Aprovado, por escrutínio secreto e por unanimidade.

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

1. Construção de Canil, Gatil e Posto Veterinário Municipal – coordenadora de segurança em obra – nomeação
(SGD 1.929/19 - Presidente)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.
2. Construção de Canil, Gatil e Posto Veterinário Municipal – fiscalização – designação
(SGD 1.920/19 - Presidente)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.
3. Recuperação da Fortaleza de Santiago – museu do mar – 1.ª fase – receção definitiva – aprovação
(SGD 1.744/19 - Presidente)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.
4. Recuperação da Fortaleza de Santiago – museu do mar – auto de vistoria para liberação de caução – aprovação
(SGD 1.731/19 - Presidente)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.
5. Tabela de taxas municipais – taxas previstas nos artigos 26.º (bloqueamento de veículos) e 27.º (remoção e depósito de veículos) – atualização
(SGD 1.569/19 - Vereador de Finanças e Património)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

6. Instalações desportivas municipais – Tabela de taxas de utilização – atualização
(SGD 1.979/19 - Presidente Desporto)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

7. Atas das reuniões camarárias: 4 e 18 de Julho, 22 de Agosto, 5 e 19 de Setembro, 9 de Outubro, 6, 14 e 21 de Novembro, 5 e 12 de Dezembro todas de 2018 – aprovação
(SGD 2.236/19 - Presidente)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

8. Área Protegida de Âmbito Local – Lagoa de Albufeira – intenção de criação – reunião de 21. De dezembro. 2011 – manutenção
(SGD 1.978/19 - Presidente - Ambiente e Sustentabilidade)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

9. Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas – representantes da autarquia – designação
(SGD 1.473/19 - Vice-Presidente - Educação)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

10. Ordenamento da Avenida Principal com as Ruas 25 de Abril e Luís de Camões – Quinta do Conde – 2.ª alteração do trânsito a título experimental – aprovação
(SGD 2.327/19 - Vereador - Obras Municipais e Logística)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

11. Carnaval'2019 – estabelecimentos comerciais do concelho de Sesimbra – restauração e bebidas – alargamento dos limites de horário de funcionamento
(SGD 2.008/19 - Vice-Presidente - Economia Local)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

12. Operação de Reabilitação do Edifício “Bloco da Mata”, no âmbito do Programa Operacional Regional de Lisboa no domínio da inclusão social e emprego – 2.ª permuta de fração com Alzira Maria Campos Pinto Martins
(SGD 2.061/19 - Vice-Presidente - Habitação)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

13. Habitação municipal em Sesimbra – resolução do contrato de arrendamento relativo ao fogo sito na Rua da Cruz, n.º 20, 2.º dt.º – Sesimbra – José Salter – revogação da deliberação de 23. Maio. 2018
(SGD 2.064/19 - Vice-Presidente - Habitação)

Ficha Técnica:

Propriedade e Edição Câmara Municipal de Sesimbra | Diretor Francisco Jesus (presidente) | Processamento e organização de conteúdos Secção de Apoio Administrativo da CM Sesimbra | Coordenação, paginação, revisão e distribuição Unidade Funcional de Comunicação e Informação da CM Sesimbra | Projeto Gráfico Bruno Campos | Paginaçao Hugo Flório | Periodicidade Mensal | Tiragem 100 exemplares | ISSN 1646-6640 | Depósito Legal 253527/07



Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

14. Obra de recuperação de casa de banho – habitação sita na Rua Dr. Manuel de Arriaga, n.º 6, 1.º esq.º – Sesimbra – candidatura no âmbito do RMARH – subsídio – Dionísia Machado Santos (SGD 958/19 - Vice-Presidente - Habitação)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

15. Projeto “Natal é Onde as Escolas Quiserem’2018” – Agrupamentos de Sampaio, Navegador Rodrigues Soromenho e da Quinta do Conde, Associação Agostinho Roseta, Liga dos Amigos da Quinta do Conde, Associação Externato de Santa Joana e Associação Tom da Terra – subsídios eventuais (SGD 850/19 - Vice-Presidente - Educação)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

16. Agrupamento de Escolas do concelho – auxílios económicos 1.º ciclo – material escolar e visitas de estudo – ano letivo 2018/2019 – subsídio eventual (SGD 842/19 - Vice-Presidente - Educação)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

17. Associação de Pais da EB de Alfirim – frequência de atl – alunos carenciados – subsídio eventual (SGD 841/19 - Vice-Presidente - Educação)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

18. Projecto “Grupo Coral do Agrupamento” – Agrupamento de Escolas de Sampaio – implementação – subsídio eventual (SGD 1.226/19 - Vice-Presidente - Educação)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

19. Agrupamentos de Escolas da Boa Água – Orquestra Geração da Boa Água – aquisição de consumíveis para instrumentos musicais, aluguer de viaturas e aquisição de lanches – subsídio eventual (SGD 1.238/19 - Vice-Presidente - Educação)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

20. CERCIZIMBRA – internacionalização do atleta Pedro Pereira em equitação – Jogos Mundiais do Special Olympics Internacional em Abu Dhabi’2019 – subsídio eventual (SGD 645/19 - Presidente - Desporto)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

21. Festas em Honra de Nossa Senhora da Conceição de Alfirim ‘2018 – comissão de festas – subsídio eventual (SGD 501/19 - Vice-Presidente - Cultura)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

22. Centro de Estudos Culturais e de Acção Social Raio de Luz – programa de apoio ao associativismo sesimbrense – aquisição de mobiliário – subsídio eventual (SGD 595/19 - Vice-Presidente - Cultura)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

23. Sociedade Musical Sesimbrense – subsídio mensal – atualização (SGD 594/19 - Vice-Presidente - Cultura)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

24. Transportes Escolares – alunos que frequentam estabelecimentos de ensino fora da área do Município – aquisição direta – participação

mensal – Janeiro a Julho de 2019 (SGD 1.248/19 - Vice-Presidente - Educação)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

25. Agrupamento de Escolas da Boa Água – Núcleo de Andebol – regulamento municipal de apoio financeiro ao associativismo desportivo – contratação de técnicos – Setembro de 2018 a Junho de 2019 – subsídio mensal (SGD 1.308/19 - Presidente - Desporto)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

26. Agrupamento de Escolas da Boa Água – Núcleo de Andebol – regulamento municipal de apoio financeiro ao associativismo desportivo – atividade regular – Setembro de 2018 a Agosto 2019 – subsídio mensal (SGD 1.306/19 - Presidente - Desporto)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

27. Clube de Basquetebol da Escola Secundária de Sampaio – basquetebol – regulamento municipal de apoio financeiro ao associativismo desportivo – atividade regular – Janeiro a Agosto de 2019 – subsídio mensal (SGD 1.303/19 - Presidente - Desporto)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Encerrado o Período da Ordem do Dia, foi aberto o período de intervenção ao público, não tendo havido qualquer tipo de pedido de esclarecimento.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

1. Minuta da Ata da Reunião de Câmara Municipal – Aprovação Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA REALIZADA NO DIA 23 DE JANEIRO DE 2019

ORDEM DE TRABALHOS

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Câmara deu início à reunião não tendo, neste Período de Antes da Ordem do Dia, intervindo qualquer membro do Executivo.

INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE – OUTRAS

A Câmara Municipal tomou conhecimento do seguinte:

- Do Gabinete Projetos, Gestão e Fiscalização de Obras a informar que a Protecção, SA procedeu à substituição do técnico que assumia as funções de Diretor de Obra e Representante da Entidade Executante Eng.º Civil Rogério Carrasqueira substituído por Eng.º Civil Vasco Miguel Gabriel Cláudio. (SGD 145/19)
- Da Unidade Técnica de Desporto e Juventude a enviar o seu relatório anual de atividades referente ao ano 2018. (SGD 19.854/18)

INFORMAÇÕES – DECISÕES DA VICE-PRESIDENTE

A Câmara Municipal tomou conhecimento do:

- Despachos de gestão urbana – zona oriental de

11 de Janeiro de 2019.

INFORMAÇÕES

DA VICE-PRESIDENTE – OUTRAS

A Câmara Municipal tomou conhecimento do seguinte:

- Da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo a dar conhecimento de ter sido concedido até 23.Novembro.2022 a prorrogação de validade da decisão sobre RECAPE, para o projeto “Infraestruturas Gerais de Empreendimento Turístico da Mata de Sesimbra Sul”, da Greenwoods, SA. (SGD 422/19)
- Da Divisão de Educação a enviar o relatório do Serviço de Refeições Escolares respeitante ao ano letivo 2017/2018. (SGD 19.443/18)
- Da Divisão de Cultura a remeter o resumo do curso “Cultura e Desenvolvimento” frequentado pelo Dr. João Proença no âmbito da formação da Artemrede. (SGD 18.315/18)
- Da Divisão de Cultura a remeter o relatório final do projeto “Bibliotecas de Praia e de Jardim – Verão de 2018”, realizado nos meses de Julho e Agosto. (SGD 20.944/18)
- Da Divisão de Cultura a remeter o relatório final do projeto “Falar de ... uma cultura que é tão nossa” (SGD 20.906/18)
- Da Divisão de Cultura a remeter o relatório geral do projeto “Espaço Aqui Brincamos Todos”, em parceria com a ELI (Equipa Local de Intervenção de Sesimbra) da Cercizimbra, realizado entre 4 de Outubro de 2017 e 27 de Julho de 2018. (SGD 20.911/18)

INFORMAÇÕES DO VEREADOR DO PELOURO DE FINANÇAS E PATRIMÓNIO – OUTRAS

A Câmara Municipal tomou conhecimento do seguinte:

- Da Unidade de Contabilidade a enviar a relação das despesas efetuadas pelos diversos serviços através do fundo de maneiio durante o mês de Dezembro’2018. (SGD 1.304/19)

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

REQUERIMENTOS E PROCESSOS

1. Obras novas – construção de edifício de apartamentos, piscina e muros – arquitetura – Avenida dos Combatentes – Valparaíso – Vila de Sesimbra – João da Cruz, António Canana, Manuel Peixito e José Marques (1010/19 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.
2. Obras novas – construção de condomínio de 5 moradias, piscinas e muros – arquitetura – Rua Pinhal do Vale, n.º 20 – Fetais – Aldeia do Meco – Maria Dolores de Oliveira (06 /19 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo) Deliberação: Aprovado, por unanimidade.
3. Operações de loteamento – loteamento urbano – alteração ao alvará n.º 07/88 – lote 79 – Charneca da Cotovia – Capefima, Ld.ª (05/19 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

4. Operações de loteamento – loteamento urbano – alteração ao alvará n.º 21/01 – lote 28 – Cotovia – Paulo Fernandes e Severine Guimarães (04/19 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

5. Operações de loteamento – loteamento urbano – alteração ao alvará n.º 04/09 – Cotovia – Terracosa, Ld.ª (03/19 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

6. Operações de loteamento – loteamento urbano – receção provisória – Fetais – João Covacich (07/19 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

7. Operações de loteamento – loteamento urbano – receção definitiva parcial – Maça – Refundos, SA/Maxirent (/19 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)
Deliberação: Não apreciado.

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Foram tomadas mais as seguintes deliberações:

1. Tarifa de Gestão de Resíduos 2019 – aplicação da taxa (SGD 700/19 - Vereador de Finanças e Património)
Deliberação: Aprovado, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, da Vice-Presidente e dos Vereadores Dr. José Polido, Eng.º Sérgio Marcelino e Francisco Luís e com a abstenção dos Vereadores Dr. Américo Gegaloto e Dr. Carlos Silva, que produziram declaração de voto.

2. Parque Municipal de Campismo Forte do Cavalo – regulamento interno – tabela de preços 2019 – atualização (SGD 1.048/19 - Presidente - Economia Local)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

3. Projeto “Férias Jovem-Brincar Sesimbra” – elaboração do regulamento – início do procedimento (SGD 944/19 - Presidente - Juventude e Desporto)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

4. Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra – lote 28 sito na Quinta da Várzea – Maça – aditamento à escritura de doação celebrada a 27.Mai.2010 – 2.ª prorrogação do prazo (SGD 1.124/19 - Vereador - Finanças e Património)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

5. Carnaval 2019 – delimitação de espaços para o exercício de venda ambulante durante e no local do evento – comissão – nomeação (SGD 1.115/19 - Presidente - Economia Local)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

6. Bandeira Azul da Europa 2019 – praias do Ouro, Califórnia, Moinho de Baixo e Lagoa de Albufeira/mar – candidatura – submissão – aprovação – ratificação (Presidente) (SGD 918/19 - Presidente - Turismo)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

7. Apoio à Formação “Poda e Enxertia em Fruticultura” – celebração de acordo de colaboração entre o Município de Sesimbra e o Centro

de Formação Profissional para o Artesanato (CEARTE) – minuta – aprovação (SGD 507/19 - Presidente - Economia Local)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

8. Projeto “Apoio a Famílias Carenciadas” – protocolos celebrados entre o Município de Sesimbra e as Instituições e/ou Associações Parceiras – alteração à cláusula 2.ª – revogação de parte da deliberação de 03.Dezembro.2014 (SGD 217/19 - Vice-Presidente - Ação Social)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

9. Protocolo de cooperação entre o Município de Sesimbra e a ANIME – Projeto de Animação e Formação 2019 (PAF) – minuta e subsídio eventual – aprovação – revogação das deliberações tomadas anteriormente (SGD 926/19 - Vice-Presidente - Cultura)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

10. Reconhecimento da natureza pública dos caminhos, que ocupam parcialmente e atravessam o prédio descrito na CRP sob o n.º 14511, artigo 259 da Seção Q, sitos em Aldeia Nova de Azoia – integração no domínio público municipal – Rodrigo Coutinho (SGD 774/19 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

11. Toponímia – atribuição de topónimo “Casal Narciso – Acesso Particular” – Zambujal de Cima (SGD 902/19 - Vereador - Toponímia)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

12. Toponímia – atribuição de topónimo “Avenida António Xavier de Lima” – Quinta do Conde – aquisição de sinalização – transferência para a Junta de Freguesia da Quinta do Conde (SGD 790/19 - Vereador - Toponímia)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

13. Associação dos Armadores de Pesca Artesanal e Local do Centro e Sul (AAPCS) – arrendamento de instalações (sede) – subsídio mensal (SGD 585/19 - Presidente - Economia Local)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

14. Associação dos Armadores de Pesca Artesanal e Local do Centro e Sul (AAPCS) – arrendamento de instalações (armazém destinado ao projeto “Cabaz do Peixe”) – subsídio mensal (SGD 229/19 - Presidente - Economia Local)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

15. Grupo Desportivo União da Azoia – Regulamento Municipal de Apoio Financeiro ao Associativismo Desportivo – atividade desportiva regular – modalidade orientação – subsídio mensal (SGD 20.013/18 - Presidente - Desporto)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

16. Grupo Desportivo e Cultural do Conde 2 – Regulamento Municipal de Apoio Financeiro ao Associativismo Desportivo – atividade desportiva regular – modalidade karaté – subsídio mensal (SGD 20.015/18 - Presidente - Desporto)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

17. Gestão e Desenvolvimento do CIPA-Centro de

Inovação e Participação Associativa 2019 – protocolo celebrado entre o Município de Sesimbra e o MGBOS – subsídio eventual (SGD 164/19 - Presidente - Juventude)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

18. Associação de Pais da EB da Aldeia do Meco – frequência de atl – alunos carenciados – subsídio eventual (SGD 20.375/18 - Vice-Presidente - Educação)

19. Associação de Pais e Alunos da EB da Aiana – frequência de atl – alunos carenciados – subsídio eventual (SGD 20.344/18 - Vice-Presidente - Educação)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

20. Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Sampaio – frequência de atl – alunos carenciados – subsídio eventual (SGD 20.365/18 - Vice-Presidente - Educação)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

21. Associação de Pais da EB das Fontainhas – frequência de atl – alunos carenciados – subsídio eventual (SGD 20.449/18 - Vice-Presidente - Educação)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

22. Centro Comunitário da Quinta do Conde – frequência de atl – alunos carenciados – subsídio eventual (SGD 20.368/18 - Vice-Presidente - Educação)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

23. Agrupamento de Escolas da Boa Água, Quinta do Conde e Sampaio – atividades de hipoterapia e hidroterapia de alunos integrados na Unidade de Ensino Estruturado para a educação de crianças com espectro de autismo e na Unidade de Apoio à Multideficiência, acompanhados pela CERCIZIMBRA – aluguer de picadeiro – subsídios eventuais (SGD 209/19 - Vice-Presidente - Educação)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

24. Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora D’El Carmen – benfeitorias no terreno da festa – Pedreiras – subsídio eventual (SGD 811/19 - Vice-Presidente - Cultura)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

25. Grupo Coral de Sesimbra – concerto de natal 2018 – contratação do maestro, deslocações para ensaios e deslocações e alimentação destinados aos grupos convidados – subsídio eventual (SGD 877/18 - Vice-Presidente - Cultura)
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Encerrado o Período da Ordem do Dia, foi aberto o período de intervenção ao público, não tendo havido qualquer tipo de pedido de esclarecimento.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

1. Minuta da Ata da Reunião de Câmara Municipal – Aprovação
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

**DESPACHOS DA VICE-PRESIDENTE
DA CÂMARA ZONA ORIENTAL
(Por delegação do Executivo)**

Reunião de 23 de Janeiro de 2019

de 11 de Janeiro de 2019

Processo n.º 207/2018 – Mike Jimmy Tom Sam e Outra – Construção de moradia, piscina e muro – Quinta do Peru, lote 302 – valor da licença 5.118,04€ – *STP 304 m2 – Deferido

STP = Superfície Total de Pavimento

**DESPACHOS DA VICE-PRESIDENTE
DA CÂMARA ZONA OCIDENTAL
(Por delegação do Executivo)**

Reunião de 06 de Fevereiro de 2019

Zona 2 – de 21 a 28 de Janeiro de 2019

Processo n.º 163/1968 – Rosa Maria Pires Pereira – Construção de muro de vedação confinante com a via pública – Zambujal – valor da licença 23,52€ – Deferido

Processo n.º 60/2017 – Rui António Teixeira dos Santos e Dalva Correia de Matos dos Santos – Construção de moradia unifamiliar – Maçã, lote 59 – valor da licença 260,06€ – *STP 106,83 m2 – Deferido

Processo n.º 192/2018 – Maria Dolores Garcia de

Oliveira – Demolição de moradia e muro de vedação – Rua Pinhal do Vale, n.º 20 – Fetais – valor da licença 50,95€ – *STP 72,95 m2 – Deferido

Processo n.º 103/2018 – António Domingos das Neves Marques e Outros – Demolição parcial de edifício – Rua dos Pescadores, n.ºs 38 e 40 – Sesimbra – Deferido

Zona 5 e 3 – de 21 a 23 de Janeiro de 2019

Processo n.º 22/2018 – Paulo Miguel Falcão da Silva – Legalização de ampliação de habitação e construção anexa – Aiana de Cima – valor da licença 1.176,39€ – *STP 27,93 m2 – Deferido

Processo n.º 49/2016 – José Carlos Gamas da Silva – Licenciamento de construção de moradia e muro – Praceta das Rosas, lote 16 – Lagoa de Albufeira – valor da licença 239,85€ – *STP 96,00 m2 – Deferido

Processo n.º 131/2018 – Manuel dos Santos Francisco – Legalização de moradia, anexo e muro – Rua Luar da Prata, lote 14 – Lagoa de Albufeira – valor da licença 984,58€ – *STP 136,75 m2 – Deferido

STP = Superfície Total de Pavimento

**DESPACHOS DA VICE-PRESIDENTE
DA CÂMARA ZONA ORIENTAL**

(Por delegação do Executivo) Reunião de 06 de Fevereiro de 2019

de 22 e 23 de Janeiro de 2019

Processo n.º 218/2017 – Manuel da Costa Gameiro e Outros – Construção de moradia, anexo e muro – Pinhal do General, lote 1.511 – valor da licença 5.249,64€ – *STP 144,45 m2 – Deferido

Processo n.º 230/2017 – Manuel da Costa Gameiro e Outros – Construção de moradia, anexo e muro – Pinhal do General, lote 1.512 – valor da licença 5.235,14€ – *STP 144,05 m2 – Deferido

Processo n.º 208/2017 – A Rainha do Caldo Verde-Comércio e Hortícolas, Ld.ª – Construção de moradia bifamiliar e muro – Boa Água 3, lote 116 – valor da licença 20.195,63€ – *STP 444,93 m2 – Deferido

Processo n.º 214/2018 – Nelson Manuel Cardoso de Matos – Construção de moradia e muro – Conde 3, lote 2.931 – valor da licença 5.249,64€ – *STP 141,70 m2 – Deferido

Processo n.º 167/2018 – António Barbas Pires – Legalização de garagem e piscina – Boa Água 1, lote 1.328 – valor da licença 1.710,19€ – *STP 35 m2 – Deferido

STP = Superfície Total de Pavimento



Avenida da Liberdade, n.º 46
2970-635 Sesimbra

E-mail: cineteatro@cm-sesimbra.pt

Bilheteira
Rua João da Luz,
n.º 5 – 2970-762 Sesimbra

Horário
Quarta a domingo,
das 16 às 20h

O horário é prolongado em dias de espetáculo/ cinema, até 30 minutos depois do início dos mesmos.

Reservas: 21 223 40 34

SESIMBRA

JOAQUINA ODETE MARTINS DA GRAÇA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA

FAZ PÚBLICO, nos termos da alínea l) do n.º 1 do art.º 19.º do Regimento deste Órgão Autárquico, que a Assembleia Municipal na sua sessão ordinária realizada no dia 22 de fevereiro de 2019, tomou as seguintes deliberações:

Período de Antes da Ordem do Dia

Aprovou por maioria, com uma abstenção do PS, a ata da sessão extraordinária de 29 de junho de 2018.

Aprovou, por unanimidade, a Saudação subordinada ao título “Dia Internacional da Mulher / Pela participação em igualdade na vida social, política e cultural” que a seguir se transcreve: “Em 1975, as Nações Unidas promoveram o Ano Internacional da Mulher e em 1977 proclamaram o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher.

A data, que visa homenagear as mulheres de todo o mundo, pretende acima de tudo reconhecer a importância, papel e contributo que cada uma desempenha e tem desempenhado na sociedade, ao longo dos anos. Contudo, e apesar de perante a lei, em muitos países não existir qualquer diferença entre um homem e uma mulher, a prática demonstra que ainda persistem muitos preconceitos e discriminações em relação ao papel da mulher que é necessário afrontar por uma participação em igualdade na vida social, política e cultural. Ainda que muitas estejam integradas em ramos profissionais que até há bem pouco tempo apenas eram atribuídos aos homens, a verdade é que ainda hoje existem mulheres que lutam por um justo reconhecimento da sua competência, capacidade de liderança e igualdade salarial sendo reduzidas as vezes que atingem os mais altos níveis da administração privada ou pública.

No nosso país, por exemplo após o 25 de Abril, verificou-se uma evolução nos direitos das mulheres no trabalho, no entanto as relações de trabalho ainda refletem consequências na política salarial, através do aprofundamento das desigualdades salariais e no exercício de direitos, aliás, segundo dados do Eurostat, verifica-se que o fosso salarial entre homens e mulheres cresceu 4,6 por cento, entre 2011 e 2016.

Apesar de já se registar uma pequena melhoria a nível profissional, fruto da luta de todos os dias, no âmbito familiar ainda se verifica uma grande desigualdade entre homens e mulheres. Muitos homens ainda continuam relutantes em assumir os trabalhos domésticos, produto de velhas mentalidades, o que implica para a mulher uma duplicação do seu trabalho. Pelo mundo, a plena igualdade de oportunidades na lei, quer no interior do seu lar, quer no seu local de trabalho, trava-se no plano político e ideológico e ainda é uma utopia a falta de eficácia na prevenção. Estar estipulado na lei que a violência doméstica e o assédio sexual e moral são considerados crimes não é suficiente porque a lei não é cumprida. A Assembleia Municipal, reunida a 22 de fevereiro delibera saudar todas as mulheres portuguesas e em especial as sesimbrenses, pelo seu empenho nas conquistas de novos caminhos a favor da sua emancipação e do reconhecimento do seu contributo para uma sociedade melhor, porque mais justa, igualitária e fraterna.

Dar conhecimento a: Presidente da República; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Primeiro-ministro; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho de Sesimbra; MDM – Movimento Democrático de Mulheres; Departamento Nacional das Mulheres Socialistas; Movimento das Mulheres Social-Democratas; CPCJ – Comissão de Proteção de Jovens de Sesimbra; Comunicação Social Local e Regional.” Aprovou, por unanimidade, a Moção subordinada ao título “Pela Construção de Escola Secundária na Quinta do Conde” cujo conteúdo é o seguinte:

“Apesar da comunidade educativa da freguesia da Quinta do Conde, no concelho de Sesimbra, há muito reivindicar a construção de uma escola secundária, e de a Assembleia da República ter aprovado a Resolução.º 52/2016 a qual passo a citar:

“Recomenda ao Governo que dê prioridade à construção de uma escola secundária na Ribeira do Marchante, freguesia da Quinta do Conde, concelho de Sesimbra.

A Assembleia da República, no cumprimento das disposições constitucionais que garantem o direito a uma educação de qualidade, para todos e em todos os níveis de ensino, e dos compromissos assumidos com a comunidade educativa, população e autarquias, resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, recomendar ao Governo que:

1 - Avalie de forma integrada o planeamento da oferta de rede escolar no distrito de Setúbal, considerando a acentuada reconfiguração demográfica registada, numa perspetiva de médio prazo.

2 - Atendendo às restrições orçamentais existentes, no quadro dos mecanismos de financiamento atualmente disponíveis, contemple, a breve prazo, a construção de uma escola secundária na Quinta do Conde enquanto investimento prioritário no Plano de Intervenção em Infraestruturas Educativas.”

O Governo tem-se remetido ao silêncio, enquanto a situação na Quinta do Conde se vai tornando cada vez mais grave.

As escolas que lecionam o 2º e 3º ciclo do ensino básico e o ensino secundário na

Quinta do Conde, estão sobrelotadas. A única escola com ensino secundário na freguesia, a Escola Michel Giacometti, só consegue dar a resposta a cerca de 400 estudantes deste nível de ensino. As instalações desta escola necessitam de uma intervenção profunda em matéria de manutenção e conservação. Acresce a isto o facto de as instalações serem exíguas para a população escolar, uma vez que foram projetadas para 600 estudantes e atualmente tem o dobro.

Face a esta realidade, foram colocados dois pavilhões pré-fabricados já usados pela faculdade de letras na cidade universitária com mais de quatro décadas de utilização, o que para além de inaceitável é insustentável.

Estima-se que diariamente centenas de estudantes se desloquem para os concelhos limítrofes para prosseguirem os seus estudos, com evidentes prejuízos, particularmente decorrente dos longos períodos de tempo despendido no percurso entre a residência e a escola, que em algumas situações chegam a atingir no total 2, 3 e até 4 horas.

Obviamente que esta situação não contribui para a promoção do sucesso escolar. A freguesia da Quinta do Conde é dos territórios a nível nacional que tem registado um dos mais significativos crescimentos populacionais, sobretudo de população jovem, pelo que é expectável que a situação se agrave nos próximos anos.

Todos os dados disponíveis conduzem para a necessidade de se construir a escola secundária na Quinta do Conde com a maior brevidade. É o direito à educação e à igualdade no acesso e sucesso escolar que está colocado em causa e que deve ser garantido a todos os jovens.

Assim a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 22 de Fevereiro de 2019 delibera: 1 - Exigir do Governo o cumprimento da Resolução da Assembleia da República n.º 52/2016;

2- Que sejam executadas obras de reabilitação da EB 2,3/5 Michel Giacometti da Quinta do Conde por forma a garantir as condições dignas de trabalho à comunidade escolar que utiliza este equipamento.

Dar conhecimento: Presidente da República; Presidente da Assembleia da República; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Ministro da Educação; Câmara Municipal de Sesimbra; Junta e Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde; Conselho Municipal de Educação de Sesimbra; Conselho Metropolitano de Lisboa; Associação de Municípios da Região de Setúbal; Agrupamentos de Escolas do concelho de Sesimbra; Associações de Pais e Encarregados de Educação dos Agrupamentos de Escolas do concelho de Sesimbra; Associações de Estudantes dos Agrupamentos de Escolas do concelho de Sesimbra; Comunicação Social Local e Regional.”

Aprovou, por unanimidade, a Moção sob o título “Pelo respeito pela Dignidade Humana e contra a Violência Doméstica” que a seguir se transcreve:

“No passado dia 30 de Novembro de 2018, a Assembleia Municipal de Sesimbra, saudou o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, celebrado a 25 de novembro, para alertar e sensibilizar uma vez mais, a sociedade para os vários casos de violência contra as mulheres.

A Declaração Universal dos direitos do homem no seu art.º 1º estabelece que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.” A Violência Doméstica é um atentado à dignidade do Ser Humano.

A violência doméstica é um problema transversal, ocorre em diferentes contextos, independentemente de fatores sociais, económicos, culturais, etários, verificando-se uma prevalência de vítimas do sexo feminino, bem como uma crescente exposição estatística de vítimas de escalões etários mais elevados.

A violência ocorre, fundamentalmente no espaço privado do lar, e dada a fragilidade das vítimas, esta problemática requer por parte das autoridades policiais uma atenção especial, na garantia da segurança e proteção das vítimas, salvaguarda e preservação dos seus direitos no respeito da lei.

O Código Penal Português no seu art.º 152º prevê e pune os crimes de violência doméstica que assumem natureza de “crime público”, não dependendo de queixa por parte da vítima, bastando denúncia ou o conhecimento do crime, para que o Ministério Público promova o processo.

Segundo o estudo Violência no Namoro 2019, apresentado pela União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) 58% dos jovens que namoram ou já namoraram afirmam ter sofrido alguma forma de violência durante o namoro e 67% acham isso natural.

O jornal Expresso, dá conta que a Procuradoria-Geral da República abriu 29.734 inquéritos por crimes de violência doméstica em 2018. São 81 por dia, três por hora, um a cada 20 minutos. Um aumento de 11%, em relação a 2017, um dos valores mais altos de sempre.

Segundo o observatório de mulheres assassinadas 503 mulheres foram mortas em contextos de violência doméstica ou de género entre 2004 e o final de 2018. Em 2018, 28 mulheres foram assassinadas. Desde o início deste ano (2019) já foram mortas Onze mulheres e uma criança em crimes de violência doméstica.

A Convenção dos Direitos da Criança consagrada pela ONU em 1989, foi ratificada em Portugal em 21 de setembro de 1990, um instrumento de defesa incondicional e universal de direitos considerados fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças e, por conseguinte, essencial para o futuro da humanidade.

O conceito Superior interesse da criança, emerge dentro da cultura da criança e dos direitos da própria criança; o respeito pelo Interesse Superior da Criança, assenta num conjunto de medidas que visam assegurar às crianças, determinados direitos.

No caso de “Lara” o sistema falhou e o estado não a conseguiu proteger. Quantas

“Helenas”, “Sandras” e quantas mais “Laras”, vítimas de violência doméstica, precisam de existir para que a sociedade acorde? Quantas mais vítimas de violência doméstica serão necessárias, para que o estado assegure um dos maiores dos direitos dos cidadãos, o direito à Vida! Não são números, não são estatísticas, são pessoas que foram inscritas no mapa de mulheres mortas em Portugal em contexto de violência doméstica.

Perante esta realidade realça-se a necessidade e urgência de uma intervenção o mais precoce e eficaz, no sentido de prevenir a violência sob todas as formas, constituindo-se de maior importância, educar para uma cultura dos afetos, do respeito pelo outro e por si próprio, pelo respeito da dignidade humana, de tolerância e de cidadania.

É urgente privilegiar equipas multidisciplinares e integradas, nas áreas da Saúde, Educação, Segurança e Justiça, onde as vítimas possam ser protegidas e garantir a sua segurança sem que tenham de sair seu meio social, originando que sejam duplamente vítimas, vítimas de quem as agride e do próprio sistema.

Assim, tendo em consideração os valores fundamentais da Constituição da República Portuguesa, no respeito pelo princípio da igualdade das dimensões da violência, como elemento indissociável da efetivação dos seus direitos liberdades e garantias, designadamente, o direito à vida e à integridade física, pela dignidade humana e combate à violência doméstica, a Assembleia Municipal de Sesimbra, na sua reunião de 22 de fevereiro de 2019, delibera:

- Manifestar o seu apoio a todas as vítimas e familiares de violência doméstica;
- Manifestar junto do governo a necessidade de promover medidas legais que reforcem a proteção das vítimas de violência, através da criação de condições sociais e económicas que assegurem a autonomia e independência das mulheres vítimas de violência;
- Pugnar pela criação e funcionamento de uma rede institucional de estruturas nacionais (a Comissão Nacional de Prevenção e de Proteção das Vítimas de Violência) e locais (a Comissão de Proteção e Apoio às Vítimas de Violência por distrito e regiões autónomas e sempre que necessário um centro de atendimento e núcleo onde se justifique) que visem o combate à violência e o apoio as mulheres vítimas de violência doméstica;

- Exigir ao estado português que as medidas a implementar para 2019, contemplem a agilização, desburocratização e sistemas integrados de processos e entre as várias entidades envolvidas na problemática da violência doméstica e o Superior Interesse da vítima e das crianças, cujas estruturas sejam capacitadas em termos de recursos (técnicos e humanos) com profissionais especializados, entre várias áreas, nomeadamente, no campo do direito e da justiça e investigação criminal e da psicologia forense;

Dar conhecimento a: Presidente da República; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Ministro da Segurança Social; Ministra da Justiça; CMS - Câmara Municipal de Sesimbra; UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta - Centro de Atendimento de Almada; APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; Cooperativa pelo Sonho é que vamos; MDM - Movimento Democrático de Mulheres; Departamento Nacional das Mulheres Socialistas; Movimento das Mulheres Social-Democratas; GNR - Guarda Nacional Republicana; GNR - Escola Segura; CPCJ - Comissão de Proteção de Jovens de Sesimbra;

- Agrupamentos de Escolas do Concelho; Associação de Mulheres Juristas; Comunicação Social Local e Regional”. Aprovou, por unanimidade, a Moção sob o título “Pelo combate à violência de Género” que se passa a transcrever:

“Considerando que:

O combate à violência de género é um dos maiores desafios das nossas sociedades. A violência de género toma várias formas, sendo Portugal assolado por um número de crimes de violência doméstica e violação muito elevado e maioritariamente direcionado contra mulheres, que devem fazer ponderar as medidas implementadas até hoje e novas formas de combater este flagelo. Segundo o Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR, nos últimos 15 anos morreram 503 mulheres e cerca de 600 foram vítimas de tentativas de assassinato. No mesmo período, mais de 1000 crianças ficaram órfãs. Em 2018, registaram-se, em Portugal, 29.734 participações do crime de Violência Doméstica. Por outro lado, a violência doméstica é o crime contra as pessoas que mais mata em Portugal. Este crime continua a assumir-se como uma das principais formas de criminalidade, sendo que, nos crimes contra as pessoas, é apenas superado em número de ocorrências, pelo crime de ofensa à integridade física simples, segundo dados do Relatório Anual de Segurança Interna de 2017 (RASI 2017). Apesar de, passados 18 anos, ser pacífico na sociedade portuguesa o mérito de se ter tornado a violência doméstica crime público, apesar das inúmeras campanhas de sensibilização, apesar de todas as denúncias, o crime de violência doméstica continua a ter uma prevalência muito grande. Só este ano, 2019, já foram assassinadas 10 mulheres e 1 criança em contexto de violência doméstica e de relações de intimidade. Nestes casos, existiam já processos, queixas, tentativas de pedir ajuda que não foram ouvidas por ninguém. O sistema que deveria apoiar as vítimas de violência doméstica continua a falhar redondamente. Por outro lado, o crime de violação atinge, sobretudo, mulheres e crianças. Apesar da neutralidade prevista no tipo legal de violação quanto ao género da vítima, este crime é, indubitavelmente, uma forma de violência de género, e uma das mais invasivas. Em Portugal, de acordo com os dados do RASI 2017, as participações do crime

de violação aumentaram, de 2016 para 2017, 21,8% e foram apresentadas 408 queixas às forças de segurança. Segundo a mesma fonte, a esmagadora maioria de agressores enquadra-se em relações de proximidade familiar ou de conhecimento, sendo por isso falsa a ideia de que o crime de violação é cometido por estranhos. Neste quadro, afigura-se a necessidade de um debate aprofundado e sério da sociedade portuguesa, que ouça com mais atenção as várias organizações que trabalham diariamente com estes casos de violência, bem como organizações internacionais, profissionais da justiça, entre outros. O parlamento português tem tido, em especial no último ano, várias discussões e apresentação de várias iniciativas legislativas referentes a esta problemática específica da violência doméstica e violação.

Concordando com a necessidade permanente de existir formação, os números indicam claramente que isso não chega. Tudo o que se fizer neste âmbito, seja de nível nacional ou local, será sempre pouco enquanto o número de homicídios for tão elevado.

A gravidade da situação não se coaduna com o rejeitar de possíveis alterações à legislação, ora porque haverá sempre juizes ou juízas que tomam más decisões, ora porque o que é preciso mudar são as mentalidades. Ignorar, por exemplo, que o enquadramento legal atual potencia as penas suspensas para penas abaixo de 5 anos para este tipo de crimes é deixar as vítimas expostas a mais violência.

Assim, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida em 22 de fevereiro de 2019, delibera:

1. Saudar todas as manifestações e concentrações que, nas últimas e próximas semanas, ocorrerão por todo o país exigindo medidas efetivas de combate à violência de género.

2. Exigir ao Governo e à Assembleia da República que tomem o combate à violência de género como prioridade política efetiva.

3. Instar aos respetivos órgãos de soberania a procederem às seguintes medidas:

- a. Alteração das molduras penais para os crimes de violência doméstica, sexual e contra menores;

- b. Adequação do Código Penal à Convenção de Istambul, cumprindo as recomendações do GREVIO no último relatório sobre a aplicação da Convenção em Portugal, estabelecendo o consentimento como linha vermelha do crime de violação e consagrando o crime de violação como crime público;

- c. Extensão da aplicação de prisão preventiva a crimes de violência doméstica e proibir a aplicação do instituto da suspensão provisória do processo a este tipo de crimes;

- d. Garantir a articulação entre o processo-crime e o processo de regulação das responsabilidades parentais (quando exista). Não é possível separar estes dois processos, deixando as vítimas mais vulneráveis perante o agressor;

- e. Aplicação das medidas de coação “proibição de contacto e imposição de condutas” ao crime de perseguição (stalking), pois é um passo para garantir a proteção da vítima durante a fase de inquérito.

4. Instar o Governo a acelerar os processos de formação e sensibilização dos e das várias agentes nos processos de violência: juizes e magistrados, forças de segurança, assistentes sociais, técnicos de saúde.

5. Instar o Governo a iniciar o processo de debate alargado para a criação de equipas multidisciplinares especializadas.

6. Remeter esta moção ao Governo, Presidente da Assembleia da República e Grupos Parlamentares.”

Deliberou por unanimidade, com a concordância do Grupo Municipal proponente, baixar à Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, a Moção subordinada ao tema “Ataque Homofóbico”.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS

Neste período interveio o cidadão António Vítor acerca da limpeza de valetas, calçadas, esgotos e passeios, na zona da Maçã. Foram prestados esclarecimentos pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e pelo Sr. Vereador José Polido.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1º Ponto da Ordem de Trabalhos

Apreciação da atividade municipal;

Sobre este assunto foram feitas avaliações sobre a atividade municipal e solicitados esclarecimentos à Câmara Municipal.

Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo

Sesimbra, 25 de fevereiro de 2018.
A Presidente da Assembleia Municipal,

Joaquina Odete Martins da Graça.